

A HISTÓRIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

Moisés Alves Augusto.

Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

O artigo em questão apresenta um breve histórico da língua portuguesa na Angola a partir da chegada dos colonizadores em terras africanas. Além dos processos de recepção e assimilação dessa nova língua com as já existentes, objetivou-se traçar um panorama do ensino da língua portuguesa nas escolas de Angola quando ela se torna língua oficial, por meio de uma revisão bibliográfica de renomados estudiosos do tema.

Palavras-chaves: Língua Portuguesa, Ensino, Angola. Língua Oficial.

Introdução - Antes da chegada da língua portuguesa em Angola

A língua portuguesa chegou a Angola em 1482 – com as caravelas expedicionárias de Diogo Cão, as quais estavam a caminho marítimo para a Índia e à procura do lendário Império Cristão de Preste João e, por ironia do destino, atracaram nas margens da foz do rio Kongo. A língua portuguesa foi recebida com espanto e estranheza, mas, não ignorada, perpassou pelos nossos reinos, em peripécias, como língua de amizade, língua de exploração, língua de dominação, língua de escravização, língua de colonização e, mais tarde, como língua de experiência comum entre todos os angolanos. Os seis séculos de convivência com as nossas línguas, a portuguesa se entrelaçou criando espaços profundos e uma maneira de ser no cotidiano da nossa comunicação, tornando-se nossa segunda língua, vista ora com maus e ora com bons olhos, ela passou a fazer parte, agora, da nossa história, e já é nossa, também, a nosso jeito.

Antes da chegada dos portugueses em Angola, os povos estavam organizados em reinos e, cada um, tinha uma língua que cobria toda a superfície do seu território. A língua era fundamento da identidade de pertença ao grupo étnico e um dos fatores de distinção em relação aos outros reinos. O relacionamento e a vida articulavam-se na língua de cada reino e o ensino tradicional consistia na transmissão oral do acervo de conhecimentos, experiências e conquistas forjadas pela sociedade ao longo dos tempos; e que passavam de geração em geração, com lições ligadas às várias circunstâncias

e dinamismos da exigência vital de cada momento, cada fase etária, comportando uma filosofia, uma ética, e uma gama de maneiras de estar e comportar-se em relação ao sagrado, ao mundo e ao homem.

Constata-se, também, nessas regiões, a escrita pitoresca, cuja função e decifração teria se perdido na noite dos tempos, como testemunham as várias pinturas rupestres disseminadas por todas as partes do território (RAEYMAEKER, 2012:37). São conhecidas às pinturas rupestres de Kabala – Negage, Norte de Angola.

Chegada da língua portuguesa no Reino do Kongo – Angola

No século XV, a língua portuguesa (e o seu ensino, respectivamente), em arquétipos greco-latinos, chegaram em Angola, por meio da primeira expedição de Diogo Cão, que atracou no Soyo, em 1482.

Diogo Cão, à procura do caminho marítimo para Índia e, também, para se estabelecer uma possível relação amistosa com o lendário Reino cristão do Preste-João, que supunham existir no interior da África, assim alcançou à foz do Rio Congo, (Zaire). Desembarcou na margem esquerda e erigiu na moita Seca, o padrão de S. Jorge, 10 Km de Mpinda, porto de desembarque que será de passagem obrigatória nos séculos XV e XVI (SILVA, 2011:259-364).

Ali, entrou em contato com Mani Soyo, chefe da localidade, soube que no interior ficava a Corte do Mani Kongo, Nzinga-a-Nkuwu, chefe máximo do reino Kongo, e para lá enviou emissários instruídos com intuito de estabelecer contatos pacíficos, acompanhados de intérpretes conhecedores de línguas africanas. Como estes demoravam a voltar, retidos na corte congoleza pela curiosidade que despertou o que contavam, os navios portugueses, recusando-se a esperar, zarparam sem eles, levando 4 reféns. Em Portugal estes foram tratados como amigos e aprenderam um pouco dos hábitos portugueses, da religião Cristã e a língua portuguesa. Conforme o prometido, a expedição trouxe de volta os congolezes capturados, agora “ladinos”, juntamente com uma embaixada e presentes para o Many Kongo, retorno amplamente festejado. Tanto mais que os marinheiros que haviam ficado, também, tinham sido bem tratados, fato que criou confiança entre kongolezes e portugueses, (SETAS, 2011:51-55). Nesta expedição, chega à língua portuguesa em Angola na boca dos primeiros 4 lusófonos angolanos, cujo serviço de tradutores e intérpretes de línguas kikongo para português e de português para kikongo foram valiosos para angolanos e portugueses.

Many Kongo enviou, em 1488, uma embaixada para o rei português, que foi presenteado com tecidos de palmeiras e objetos de marfim, formalizando seu desejo de se converter ao cristianismo, e

pedindo o envio de clérigos, assim como de artesãos, mestres de pedreira e carpintaria, trabalhadores da terra, burros e pastores. Junto aos pedidos, deixou claro seu desejo que, daí para frente, os dois reinos se igulassem em costumes e na maneira de viver, solicitando que alguns jovens, enviados com a embaixada, fossem instruídos na fala, escrita e leituras latinas e portuguesas, além dos mandamentos da fé católica.

“alguns africanos, frequentemente, membros da família real e de seu séquito, estavam por longos períodos na Europa, sendo absorvidos pela sociedade portuguesa,” (SAMUELS, 2011:25).

Desta instrução (1518 – 1531), resultou o ponto mais alto com sagração do primeiro bispo negro, D. Henrique, ao Sul do Sara e formação de alguns padres¹. O rei Kongo foi batizado com o nome de D. Afonso, foi instruído em língua portuguesa na arte da leitura, era profundamente dedicado ao catolicismo, impressionando os missionários com o seu saber e com a sua dedicação aos estudos. Os padres católicos presentes na corte de M'banza Kongo, (que passaram a designá-la de São Salvador), empenharam-se em divulgar não apenas o cristianismo, mas, também, a língua portuguesa e a sua escrita, alguns princípios de latim e uns rudimentos de matemática. Como aprendizagem da língua portuguesa estava ligada a mudança de nomes africanos de pessoas, de locais e objetos usados no kikongo para os nomes portugueses, começaram, assim, as alienações e colonizações culturais, já naquela altura.

Os soberanos que seguiram para Portugal mostraram-se muito abertos aos contributos europeus, e os primeiros cinquenta anos do Kongo português foram marcados, além da adoção do Cristianismo, mas, também, pela fundação de escolas e de certo número de instituições híbridas inspiradas em modelos lusitanos, (CAVAZZI, 1687: 10).

A instrução escolar naquele tempo era um letramento apenas para fins catequéticos, e divulgação da língua portuguesa num programa da dilatação da língua de um império que Portugal mirava, mudando nomes de pessoas e locais africanos para português, como símbolo da destruição das culturas locais, e recriação das terras ocupadas em moldes do império português. A escola não visava à

¹ Padre António Couto, nascido de uma mãe negra em São Salvador do Kongo. (Dois padres jesuítas com esse nome poderiam ser o Padre António ...um deles era angolano, catequista de escravos. Entrou na Companhia de Jesus em 1684 e foi Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, onde morreu em 1749. ...Padre Serafim afirma ser angolano, catequista de escravos. Entrou na Companhia de Jesus 1683...), (ROSA, 2013:25).

instrução acadêmico – científico, para desenvolvimento intelectual do homem e o progresso do povo, mas, para assimilar a cultura portuguesa e prestar-se melhor aos interesses do império.

Chegada da língua portuguesa no Ndongo (Ngola) e Matamba - Angola

Século XVI, foi em 1575, que Paulo Dias de Novais, Primeiro Governador e Capitão-Mor das conquistas do Reino de Ndongo desembarcou na Ilha de Luanda, com cerca de 700 homens, 350 dos quais homens de armas, padres, mercadores e servidores, estabelecendo o primeiro núcleo de portugueses, onde, muita gente nativa já nela vivia. Conquistada a ilha de Luanda, depois se construiu a fortaleza de S. Miguel, na costa de Luanda, estabelecendo, assim, uma colônia com famílias portuguesas, administrou-se aí um ensino escolar de nível básico, inicialmente, apenas para filhos dos colonos brancos, inclusive alguns filhos que tiveram com mulheres africanas, excepcionalmente, para algumas crianças negras. Nesta fase, as escolas não constituíam um sistema de ensino regular e nem, sequer, tinham estruturas muito definidas, era apenas para se aprender a língua portuguesa, a ler e escrever.

Chegada da língua portuguesa no Sul de Angola

Em 1578, deu-se o avanço da exploração portuguesa para o sul de Angola, com ocupação de Porto Amboim, na altura chamada Benguela, com descoberta e fixação dos portugueses na Baía das Vacas, passaram a chamar essa região de Benguela e o Porto Amboim por Benguela – a – velha, cidade fundada por Manuel Cerveira Pereira, que foi governador de Angola de 1615 a 1617, nesta localidade costeira, a par do crescimento urbano, havia uma instrução escolar rudimentar, onde o ensino da língua portuguesa era o primeiro fator de implantação do império português, como versam alguns vestígios da época:

“... de tal maneira que ao fundador de Benguela e seu primeiro governador Cerveira Pereira, os colonos mataram e meteram numa barrica de sal e atiraram ao mar,...”

Apanhei febres. Estive uma semana sem ir à escola,... curei-me das febres voltei à escola. Estava na terceira classe. No ano seguinte faria a quarta e depois íamos ver se o pai cumpria o desejo: enviar-me para Luanda... (PEPETELA, 1988:29-32).”

Sedimentação da língua portuguesa em Angola

O decreto de 1765 do governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, cujo governo foi de 1764 até 1772, (NGANGA, 2008:12), desencorajava veementemente o uso de línguas africanas na educação das crianças e nas relações sociais, particularmente, em postos com presença portuguesa. Os testemunhos da época apontam para a utilização de variedades reestruturadas do português entre as camadas mais pobres das cidades costeiras e arredores, que os brancos portugueses, por ironia, chamavam de “*português*”, isto é, para designar o português falado pelos negros angolanos iletrados. O “*português*” é a maneira funcional de usar o português ditado pelo critério das necessidades e intuições do falante para se fazer entender, sem ter em conta o uso rigoroso das regras gramaticais ou moldes de fruição dos que bem falavam o português.

Os missionários ligavam sempre a cristianização a uma escolarização elementar. Esta se destinava, geralmente, à população angolana que se aglomerava nas cercanias das cidades e vilas que iam nascendo e, com andar dos tempos, estendeu-se também as chamadas comunidades indígenas,

No séculos. XVII e XVIII, os jesuítas encarregaram-se do ensino, principalmente, em Luanda e nas margens do rio Kwanza. Com a expulsão dos jesuítas, medidas tomadas por Marquês de Pombal, o ensino sofre um golpe duro de que só se viria restabelecer muitas épocas depois. Havia naquele momento um anticlericalismo muito forte entre muitas alas portuguesas, (BUENO, 2013:61).

“...Os regimes liberais, anticlericais, de 1759 e 1834, causaram o encerramento das ordens religiosas terminando, assim, as atividades missionárias; primeiro dos Jesuítas e depois dos Capuchinhos em Angola, ... (SAMUELS, 2011:25).

“...Muitos advogavam, que os negros tinham de ser completamente libertos da escravatura, e nunca podiam ser os padres a civilizar os negros, deviam ser muitos professores... (PEPETELA, 1986: 32).

Em 1845, o Ministro do Ultramar, Joaquim José Falcão publicou um decreto que estabelecia um sistema coordenado de educação fora de Portugal metropolitano, cada governo provincial tinha a

liberdade de ação dentro de determinados princípios de organização, fazer o que se considerasse adequado.

Em 1883 criou-se a escola profissional de Artes Ofícios em Angola

Em 9 de Maio de 1906 deu-se a reforma do ensino primário em Angola e houve a criação da escola profissional D. Carlos I em Luanda, (SAMUELS, 2011:3).

Em 1919 inicia-se a construção do Liceu Central de Salvador Correia em Luanda - o primeiro estabelecimento de ensino secundário em Angola. Terminou em 1942 e estava destinado à formação dos colonos, como abertamente confessava as publicações da época. Neste estabelecimento de ensino funcionou o grande viveiro da cultura da língua portuguesa em Luanda, à luz dos ditames de Camões.

Em meados dos anos 1920, com o advento do Salazarismo em Portugal, houve uma primeira sistematização no setor da educação, que durou 30 anos e que, no período do "colonialismo tardio", cedeu lugar a um sistema inteiramente reformulado.

José Mendes Ribeiro Norton de Mateus, governador de Angola, no seu segundo mandato, o qual foi de 1921 até 1923, uma das primeiras medidas que tomou para alargamento e enraizamento da língua portuguesa foi a aplicação do decreto nº 77 que proibia, terminantemente, o ensino de línguas angolanas nas escolas. Este Alto-comissário de Angola, fazendo uso deste decreto (77) de 1921, proíbe, inclusive, o mesmo uso de línguas africanas em escolas missionárias. Aí o uso estava generalizado, mormente nas escolas protestantes (que recusavam pô-las de lado) que foram encerradas no norte de Angola, (COSTA, 2006:44-45).

A língua portuguesa no período "clássico" da ocupação colonial 1926 a 1961

Em 1929 foi criado o Liceu da Huila que, no ano de 1934 passou a designar-se de Liceu Diogo Cão. Em Angola havia apenas dois liceus, o de Salvador Correia em Luanda e o Diogo Cão em Sá da Bandeira, atualmente Lubango, (NETO, 2012:42).

Neste tempo 1928 a 1961 faz-se sentir o colonialismo reformado de modo variado e sistemático, com operações diferentes em toda Angola, iniciou-se a construção de uma espécie de Estado colonial compacto e, inclusive, de um incipiente sistema de ensino: ao lado das escolas missionárias, criaram-se nos ambientes urbanos escolas básicas do Estado e, reacendeu-se à insistência rigorosa ao uso da língua portuguesa.

A fase de 1928 a 1958 caracteriza-se pela aplicação ao ensino de uma política de separação por raças que chegou a ser apelidada de *apartheid branco*. Para o nível primário e secundário geral, foi introduzida uma distinção e separação entre escolas que obedeciam ao modelo introduzido em

1927 em Portugal, reservados aos "civilizados" (brancos, alguns mestiços, inexistência de negros), e escolas para "indígenas" que, geralmente, não iam para além da segunda classe.

O nível secundário não existia e apenas nos anos 1950 começa, mas, muito incipiente. Para além de liceus em Luanda e no Lubango houve, sobretudo, os seminários da Igreja Católica com boa qualidade e bom nível de ensino, mas, sempre, com rigoroso controlo seletivo para que houvesse uma ínfima quantidade de negros a frequentá-los.

Já nos últimos anos da década de 50, houve alterações no sentido de uma flexibilização do sistema. Registou-se uma maior articulação entre os sistemas primários "regular" e "de adaptação", em termos de programas e de possibilidades de passar do segundo para o primeiro.

A fase de 1958 a 1960 dá-se uma nova situação no ensino colonial, que teve como antecedentes a assinatura, em 1941, do Acordo Missionário. Este Acordo entregava às Missões Católicas a responsabilidade integral do ensino para indígenas, então, designado como "ensino rudimentar" e, mais tarde, como "ensino de adaptação". As suas escolas foram reconhecidas como oficiais. A manutenção do mesmo tipo de escolas é permitida também às Missões Protestantes. Muitas escolas de artes e ofícios ficaram a ser geridas pelas igrejas, cabendo ao regime colonial o controlo de frequências e das realizações feitas nas mesmas instituições, garantindo-as o reconhecimento oficial. Nesta altura, geralmente todo o ensino para o negro terminava com a quarta classe primária do ensino rudimentar.

A língua portuguesa e a fase tardia do ensino colonial em Angola 1961 – 1975

Terminada a II Guerra Mundial, e com a conseqüente derrota dos principais fascismos europeus, as potências colonizadoras foram progressivamente, concedendo a independência às suas colônias.

Portugal na ONU (era o único país com regime ditatorial com assento na organização) no ano de 1955, foi recomendado tornar as suas colônias independentes, recusou. À luz da revisão constitucional de Portugal de 1951, alegava que não possuía colônias, mas "províncias ultramarinas" parte integrante de Portugal, país unido "do Minho a Timor". Em 1960, na Assembleia-geral das Nações Unidas foi aprovada a resolução 1514, que considerava ilegal toda a prática colonial, e na resolução 1542 os territórios portugueses em África eram considerados colônias sob administração portuguesa, (MATEUS, 2011:19).

Em 4 de Fevereiro de 1961 inicia à luta armada e sistemática para a libertação de Angola coordenada por partidos nacionalista angolanos, o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) em Luanda. No dia 15 de Março de 1961, os ataques da UPA, (União dos povos de Angola), invadiu o norte de Angola, protagonizando vários atos bélicos, (MATEUS, 2011:72/118).

Em reação às primeiras manifestações de uma resistência anticolonial armada, ocorridas em 1961, Portugal adotou medidas radicais, concebidas para se opor às ideologias nacionalistas com modelos de falaciosas integrações.

Em 1962 foi abolido o Estatuto do Indigenato de 1878, reconhecendo a todos negros o estatuto de cidadão. No domínio do ensino primário, houve uma unificação: a uma classe pré-primária seguiam-se quatro anos de ensino regular.

Em 1963, o governador de Angola, num discurso público designou os Lusíadas como a “Bíblia do nosso país” para melhor se falar língua portuguesa como elo de comunicação em todo o território de Angola.

As escolas elementares de artes e ofícios foram redimensionadas por toda a parte de Angola. Em consequência destas medidas, houve certo crescimento do ensino primário, seguido ensino secundário.

Em 1970 criou-se a Universidade de Luanda passando à lecionar até licenciatura em economia, com uma faculdade de veterinária no Huambo, por falta de bases acadêmicas pouquíssimos negros angolanos conheceram e frequentaram a tal universidade, apesar das reformas feitas. Afirma-se e era notório que nas colônias portuguesas 95% da população africana era analfabeta. (MATEUS, 2011:34).

Nesta mesma década dos 1790, o exército português agrupou em vastas aldeias grandes massas populares, muitas vezes, rodeadas de arame farpado e vigiadas por militares para não poder apoiar as ações bélicas dos partidos armados contra o colonialismo; e a língua portuguesa nessas comunidades era imposta como forma de evitar a transmissão de planos de qualquer índole em línguas africanas.

Fizeram grandes mobilizações para as massas populares e em todas as escolas e níveis de ensino justificando que, a luta iniciada pelos partidos nacionalistas angolanos, era um terrorismo de bandidos e que se deveria combater a todo custo, visto que era um entrave ao desenvolvimento de todos, e não fazia sentido nenhum. Criou-se o serviço militar obrigatório para todos os varões desde os 18 aos 25 anos, brancos e negros que estavam em Angola para combater contra os partidos armados e; a língua portuguesa, naquela instituição era obrigatória.

Todas as pessoas eram obrigadas a saber falar o português, “mesmo erradamente”, ou pelo menos, segundo as necessidades funcionais, para se justificar que vive em Angola, diante dos militares portugueses que serpenteavam e vigiavam as populações, e outra justificação, era para provar que não se estava nos países vizinhos que eram independentes havia 10 anos.

Havia a obrigação de escutar os noticiários só em língua portuguesa, e em emissoras criadas pelo sistema colonial português, tudo que fosse, além disso, era um crime passível de punição, visando o combate à escuta dos programas de Angola combatentes emitidas a partir do Kongo Brazavile para

despertar o povo para luta pela independência de Angola. Todas as movimentações de pessoas fora das suas localidades careciam de uma guia (documento) lavrada em português pelas autoridades coloniais. Em todos centros comerciais e lugares públicos a língua portuguesa era obrigatória e funcionava como língua franca

Todas estas medidas fizeram que a língua portuguesa ressoasse como elo de comunicação em todo o território de Angola, e as línguas nacionais, convivendo com o português em forma de bilinguismos, em cada região, e multilinguismo em relação a todo o território de Angola.

1975 – Ano da Independência e o português passa ser língua oficial em Angola

Em 11 de Novembro de 1975 foi arrancada a independência de Angola, no meio de uma guerra civil entre três partidos angolanos que lutavam entre si com intuito de tomar o poder político pelo uso das forças armadas. Angola mergulhou numa guerra civil, desde 1975 e que conheceu um interregno só em 1992, ano que houve as eleições gerais. Consideradas fraudulentas por alguns partidos, reacendeu de novo a guerra civil, a qual teve fim em 2002.

Com a independência, o partido que conseguiu o poder, por razões óbvias, adotou a língua portuguesa como língua oficial do estado angolano e as línguas africanas como línguas nacionais. A língua portuguesa passa conviver num multilinguismo em relação a todo território angolano, e em bilinguismo em relação cada região angolana, onde se fala português e uma ou mais das línguas africanas.

Apesar de sua origem colonial de ser desenvolvida por um processo impositivo, instrumento de dominação e clivagem entre colonizador e colonizado, a língua portuguesa adquiriu um caráter unificador entre os diferentes povos de Angola.

O alastramento da guerra civil, durante décadas subsequentes, levou à fuga de centenas de milhares de angolanos das zonas rurais para as grandes cidades, particularmente, Luanda. Esta deslocação interna favoreceu ainda mais a difusão da língua portuguesa, já que, esta se tornou uma das línguas de maior contato entre os habitantes das cidades e os angolanos em geral.

A construção da estrutura administrativa do novo Estado nacional reativou a língua portuguesa, usada na administração, no exército, no sistema escolar, desde o ensino primário até ao ensino universitário, e nos meios de comunicação social de Angola, desempenha o papel de elo de comunicação em todo o território nacional.

O Estado angolano consagra na constituição "a valorização e a promoção do estudo, ensino e a utilização das línguas de nacionais de Angola".

Para um bom linguista angolano, o multilinguismo em Angola, não é uma Torre de Babel, mas, é uma vertente de seiva genuína que brota da alma do ser e do estar de todo angolano, como dado adquirido da diversidade na unidade, numa eloquente riqueza expressiva de povo uno, que sabe usar as diferenças das suas línguas para constituir o dicionário da sua vida com palavras multissignificativas, e posicionar-se no mundo como um país poliglota na variedade das suas línguas e culturas.

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo. *Brasil, Uma História. Cinco Séculos de País Em Construção*, Rio de Janeiro: Leya. 2013

CAVAZZI, António de Montecucculo (1687). *Njinga Rainha de Angola*, Lisboa: Escolar Editora. 2013.

COSTA, António Fernandes. *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola*, Luanda: Universidade Católica de Angola, (UCAN): 2006.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa/em_Angola, acesso em 05 mar 2014

MATEUS, Dalila Cabrita e Mateus, Álvaro. *Angola 61 – Guerra Colonial: Causa e Consequências, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide: Editora grupo Leya. 2011

NETO, Maria Eugénia e Irene. *Agostinho Neto e a Libertação de Angola (1949-1974) - Arquivo da PIDE-DGS, Volume I* Lisboa: Produções Gráficas. 2012

NGANGA, João Paulo. *O Pai do Nacionalismo Angolano 2008 – As memórias de Holden Roberto I Volume 1923 -1974*, São Paulo: Editora Parma. 2008.

RAEYMAEKER, Joost De. *À Descoberta de Angola*, Alfragide: Oficina do Livro 2012

SAMUELS, Michael Antony. *Educação ou instrução – A História do Ensino em Angola (1878 – 1914)*, Luanda. Edições Mayamba. 2011.

SETAS, António. *História do Reino do Kongo*. 2011

SILVA, Alberto da Costa. *A Manilha e o Libambo – A África e a Escravidão de 1500 a 1700*, Rio Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2011

PEPETELA, Maurício Pestana. *Yaka*, Rio Tinto: Edições Asa. 1988

ABSTRACT:

The article in question presents a brief history of the Portuguese in Angola from the arrival of the colonizers on African soil. In addition to the processes of reception and assimilation of this new language with existing aimed to draw a picture of the Portuguese language teaching in schools in Angola when it becomes official language, through a literature revision of renowned theme scholars.

Keywords: Portuguese Language, Education, Angola . Official language.

Envio: Outubro/2014

Aprovado para publicação: Abril/2015